



ESTADO DO MARANHÃO
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
PALÁCIO MANOEL BEQUIMÃO
DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA



ANO XXXII Nº 129, SÃO LUÍS, QUARTA-FEIRA, 17 DE NOVEMBRO DE 2004. EDIÇÃO DE HOJE: 12 PÁGINAS
86.ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15.ª LEGISLATURA

SUMÁRIO

RELAÇÃO DE ORADORES	04	INDICAÇÃO	05
ORDEM DO DIA	04	PARECER	09
ATA	04	RESENHA DE REUNIÃO	10
REQUERIMENTOS	05	OFÍCIO	10

MESA DIRETORA

Deputado Carlos Alberto Milhomem (PFL)
Presidente

- 1.ª Vice-Presidente Deputada Telma Pinheiro (PFL)
2.º Vice-Presidente Deputado César Pires (PFL)
3.º Vice-Presidente Deputado Reginaldo Nunes (PL)
4.º Vice-Presidente Deputado Francisco Gomes (PFL)

- 1.º Secretário Deputado Joaquim Haickel (PSB)
2.º Secretário Deputado Max Barros (PFL)
3.º Secretário Deputado Geovane Castro (PFL)
4.º Secretário Deputado Hélio Soares (PP)

BLOCO PARLAMENTAR DEMOCRÁTICO - BPD

1. Deputado Antonio Bacelar (PFL)
2. Deputado Arnaldo Melo - licenc.
3. Deputado Camilo Figueiredo - licenc.
4. Deputado Carlos Alberto Milhomem (PFL)
5. Deputado César Pires (PFL)
6. Deputado Francisco Gomes (PFL)
7. Deputado Geovane Castro (PFL)
8. Deputado João Evangelista (PFL)
9. Deputado Joaquim Haickel (PSB)
10. Deputado Manoel Ceará (PL)

11. Deputada Maura Jorge (PFL)
12. Deputado Max Barros (PFL)
13. Deputado Pedro Veloso (PSDC)
14. Deputado Reginaldo Nunes (PL)
15. Deputado Pavão Filho (PRONA)
16. Deputado Rigo Teles (PFL)
17. Deputado Rubens Pereira (PFL)
18. Deputada Telma Pinheiro (PFL)
19. Deputada Teresa Murad (PSB)
20. Deputado Wilson Carvalho (PFL)

Líder

Deputado Rubens Pereira (PFL)

Vice-Líderes

Deputado Antonio Bacelar (PFL)
Deputado Rigo Teles (PFL)
Deputada Maura Jorge (PFL)

BLOCO PARLAMENTAR PROGRESSISTA - BPP

1. Deputado Aderson Lago (PSDB)
2. Deputado Alberto Franco (PSDB)
3. Deputado Antonio Pereira (PPS)
4. Deputado Carlos Braide (PMDB)
5. Deputado Carlos Filho (PV)
6. Deputada Cristina Archer (PSDB)
7. Deputado Deusdedith Sampaio (PMDB)
8. Deputado Elígio Almeida (PP)

9. Deputado Hélio Soares (PP)
10. Deputado Humberto Coutinho (PTB)
11. Deputada Janice Braide (PTB)
12. Deputado José Lima (PV)
13. Deputado Manoel Ribeiro (PTB)
14. Deputado Paulo Neto (PSC)
15. Deputada Socorro Waquim (PMDB)
16. Deputado Soliney Silva (PP)
17. Deputado Stênio Resende (PMDB)

Líder

Deputado Soliney Silva (PP)

Vice-Líderes

Deputado Stênio Rezende (PMDB)
Deputada Cristina Archer (PSDB)
Deputada Socorro Waquim (PMDB)

BLOCO PARLAMENTAR DE OPOSIÇÃO - BPO

1. Deputado Domingos Dutra (PT)
2. Deputada Graça Paz (PDT)
3. Deputada Helena Barros Heluy (PT)
4. Deputado Julião Amin (PDT)

5. Deputado Luiz Pedro (PDT)
6. Deputado Mauro Bezerra (PDT)
7. Deputado Rubem Brito (PDT)

Líder

Deputado Luiz Pedro (PDT)

Vice-Líder

Deputado Domingos Dutra (PT)

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder

Deputado João Evangelista (PFL)

Vice-Líderes

Deputado Carlos Braide (PMDB)
Deputado Soliney Silva (PP)
Deputado Pavão Filho (PRONA)

COMISSÕES PERMANENTES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

I - Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Teresa Murad (BPD) - PRESIDENTE	Alberto Franco (BPP)
Stênio Resende (BPP) - VICE-PRESIDENTE	Antonio Pereira (BPP)
Pavão Filho (BPD)	José Lima (BPP)
Carlos Braide (BPP)	Rubens Pereira (BPD)
Mauro Bezerra (BPO)	Helena Barros Heluy (BPO)

II - Comissão de Orçamento, Finanças e Fiscalização.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Rigo Teles (BPD) - PRESIDENTE	Antonio Pereira (BPP)
Paulo Neto (BPP) - VICE-PRESIDENTE	Socorro Waquim (BPP)
Soliney Silva (BPP)	Maura Jorge (BPD)
Rubens Pereira (BPD)	Antônio Bacelar (BPD)
Rubem Brito (BPO)	Mauro Bezerra (BPO)

III - Comissão de Agricultura, Política Agrária e Produção.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Paulo Neto (BPP) - PRESIDENTE	Humberto Coutinho (BPP)
Janice Braide (BPP) - VICE-PRESIDENTE	Camilo Figueiredo (BPD)
Rigo Teles (BPD)	Socorro Waquim (BPP)
Manoel Ceará (BPP)	Pavão Filho (BPD)
Rubem Brito (BPO)	Domingos Dutra (BPO)

IV - Comissão de Educação, Ciências, Tecnologia, Cultura e Desporto.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Alberto Franco (BPP) - PRESIDENTE	Teresa Murad (BPD)
Socorro Waquim (BPP) VICE-PRESIDENTE	Carlos Braide (BPP)
Pavão Filho (BPD)	Rubens Pereira (BPD)
Cristina Archer (BPP)	José Lima (BPP)
Luis Pedro (BPO)	Julião Amin (BPO)

V - Comissão de Relações do Trabalho e Administração Pública.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Luis Pedro (BPO) - PRESIDENTE	Carlos Braide (BPP)
Elígio Almeida (BPP) VICE-PRESIDENTE	João Evangelista (BPD)
Teresa Murad (BPD)	Maura Jorge (BPD)
Manoel Ceará (BPP)	Paulo Neto (BPP)
Carlos Filho (BPP)	Fortunato Macedo (BPO)

VI - Comissão de Saúde, Seguridade e Ação Social.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Humberto Coutinho (BPP) - PRESIDENTE	Camilo Figueiredo (BPD)
Antônio Pereira (BPP) - VICE-PRESIDENTE	Manoel Ceará (BPD)
Elígio Almeida (BPP)	Stênio Resende (BPP)
João Evangelista (BPD)	Cristina Archer (BPP)
Wilson Carvalho (BPD)	Fortunato Macedo (BPO)

VII - Comissão de Assuntos Municipais e Desenvolvimento Regional.Titulares

Cristina Archer (BPP) - PRESIDENTE
 Maura Jorge (BPD) - VICE-PRESIDENTE
 Rigo Teles (BPD)
 Antonio Bacelar (BPD)
 Julião Amin (BPO)

Suplentes

Rubens Pereira (BPD)
 Deusdedith Sampaio (BPP)
 Paulo Neto (BPP)
 Antonio Pereira (BPP)
 Luís Pedro (BPO)

VIII - Comissão de Defesa do Consumidor.Titulares

Maura Jorge (BPD) - PRESIDENTE
 Fortunato Macedo (BPO)
 Deusdedith Sampaio (BPP)
 Carlos Braide (BPP)
 Teresa Murad (BPD)

Suplentes

Carlos Braide (BPP)
 Humberto Coutinho (BPP)
 João Evangelista (BPD)
 Antônio Bacelar (BPD)
 Helena Barros Heluy (BPO)

IX - Comissão de Defesa dos Direitos Humanos.Titulares

Antônio Pereira (BPP) - PRESIDENTE
 Helena Barros Heluy (BPO) - VICE-PRESIDENTE
 Paulo Neto (BPP)
 Wilson Carvalho (BPD)
 Antônio Bacelar (BPD)

Suplentes

Janice Braide (BPD)
 Rigo Teles (BPD)
 Elígio Almeida (BPP)
 Deusdedith Sampaio (BPP)
 Maura Jorge (BPD)

X - Comissão de Obras, Serviços Públicos e Habitação.Titulares

Pavão Filho (BPP) - PRESIDENTE
 Maura Jorge (BPD) - VICE-PRESIDENTE
 Socorro Waquim (BPP)
 Carlos Filho (BPD)
 Domingos Dutra (BPO)

Suplentes

Cristina Archer (BPP)
 Alberto Franco (BPP)
 Rigo Teles (BPP)
 Wilson Carvalho (BPD)
 Rubem Brito (BPO)

XI - Comissão de Meio Ambiente, Minas, Energia e Turismo.Titulares

Deusdedith Sampaio (BPP) - PRESIDENTE
 José Lima (BPP) - VICE-PRESIDENTE
 Janice Braide (BPD)
 Carlos Filho (BPP)
 Domingos Dutra (BPO)

Suplentes

Cristina Archer (BPP)
 Paulo Neto (BPD)
 Pavão Filho (BPD)
 Teresa Murad (BPD)
 Luís Pedro (BPO)

XII - Comissão de Ética.Titulares

Stênio Resende (BPP) - PRESIDENTE
 Soliney Silva (BPP) - VICE-PRESIDENTE
 Wilson Carvalho (BPD)
 João Evangelista (BPD)
 Julião Amin (BPO)

Suplentes

Rubens Pereira (BPD)
 Rigo Teles (BPD)
 Alberto Franco (BPP)
 Paulo Neto (BPP)
 Helena Barros Heluy (BPO)

XIII - Comissão de Economia, Indústria e Comércio.Titulares

Antônio Pereira (BPP) - PRESIDENTE
 Soliney Silva (BPP) - VICE-PRESIDENTE
 João Evangelista (BPD)
 Camilo Figueiredo (BPD)
 Mauro Bezerra (BPO)

Suplentes

Carlos Filho (BPD)
 Manoel Ceará (BPP)
 Pavão Filho (BPD)
 Teresa Murad (BPD)
 Fortunato Macedo (BPO)

XIV - Comissão de Legislação Participativa.Titulares

Rubens Pereira (BPD) - PRESIDENTE
 Luís Pedro (BPO) - VICE-PRESIDENTE
 Camilo Figueiredo (BPD)
 Deusdedith Sampaio (BPP)
 Janice Braide (BPP)

Suplentes

Elígio Almeida (BPP)
 Stênio Resende (BPP)
 João Evangelista (BPD)
 Wilson Carvalho (BPD)
 Mauro Bezerra (BPO)

SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 17/11/2004 - 4.ª FEIRA

GRANDE EXPEDIENTE

1.º ORADOR (a) - 30 minutos

DEPUTADO

TEMPO DOS BLOCOS PARLAMENTARES

BLOCO PARLAMENTAR PROGRESSISTA - BPP - 24 MINUTOS

BLOCO PARLAMENTAR DEMOCRÁTICO - BPD - 26 MINUTOS

BLOCO PARLAMENTAR DE OPOSIÇÃO - BPO - 10 MINUTOS

**ORDEM DO DIA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA
17 DE NOVEMBRO DE 2004.-4.ª FEIRA****VETOS EM DISCUSSÃO****ÚNICO TURNO – VOTAÇÃO NOMINAL**

VETO PARCIAL ao Projeto de Lei Complementar nº 009/03, de autoria do Deputado Alberto Franco, que Dá nova redação à Lei Complementar nº 038, que dispõe sobre a Região metropolitana da Grande São Luis. Oferecido parecer favorável à manutenção do veto pela Comissão de Constituição e Justiça. Relator: Deputado Stenio Resende.

VETO PARCIAL ao Projeto de Lei nº 268/03, de autoria do Deputado Domingos Dutra, que dispõe sobre a isenção da taxa de inscrição às pessoas doadoras de sangue à rede hospitalar em concursos públicos dos órgãos da administração direta e indireta do Estado Oferecido parecer no sentido da manutenção do veto pela Comissão de Constituição e Justiça. Relator: Deputado Carlos Braide.

VETO TOTAL ao Projeto de Lei nº 209/04, de autoria do Deputado César Pires, que Dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação de fotografias e/ou dados pessoais, via Internet, dos criminosos condenados e/ou que tenham prisão preventiva decretada pela justiça, que estejam foragidos. Oferecido parecer no sentido da manutenção do veto pela Comissão de Constituição e Justiça. Relator: Deputado Pavão Filho.

**PROJETOS DE LEI EM VOTAÇÃO
EM REDAÇÃO FINAL**

PROJETO DE LEI Nº 022/2004, de autoria do Deputado César Pires, que Dispõe sobre o ensino religioso nas escolas da educação básica, no âmbito do estado do Maranhão, em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 9.475/97 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. O referido projeto foi aprovado nos seus turnos regimentais em forma de substitutivo Oferecido parecer em Redação Final pela Comissão de Constituição e Justiça e Redação Final. Relatora: Deputada Teresa Murad.

**EM PRIMEIRA E SEGUNDA DISCUSSÃO - EM REGIME
DE URGÊNCIA**

PROJETO DE LEI Nº 137/2004, de autoria do Deputado Alberto Franco, que Dispõe sobre a proibição do transporte do trabalhador da administração pública e privada nos veículo conhecidos como “Pau de Arara”. – Oferecido parecer favorável pelas Comissões de Constituição e Justiça e Obras e Serviços Públicos, em conjunto. Relator: Deputado Mauro Bezerra.

PROJETO DE LEI Nº 122/04 de autoria do Deputado Alberto Franco que Dá nova redação à Lei nº 5.095, de 15 de abril de 1991, que dispõe sobre a implantação de meia-passageira nos coletivos entre os Municípios de São Luis, São José de Ribamar e Paço do Lumiar. – Depende de parecer das Comissões de Constituição e Justiça e Serviços Públicos.

PROJETO DE LEI Nº 101/04 de autoria do Deputado Alberto Franco que Dispõe sobre a proibição do vernáculo “analfabeto” em documentos expedidos por órgãos oficiais do Estado do Maranhão. – Depende de parecer da Comissão de Constituição e Justiça..

**PROJETO DE RESOLUÇÃO EM VOTAÇÃO
EM PRIMEIRA E SEGUNDA DISCUSSÃO – EM
REGIME DE URGÊNCIA**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 012/04, de autoria do Deputado César Pires, que Concede o Título de Cidadão Maranhense ao Empresário Francisco Carlos de Oliveira, natural de Sobral-Ce. Oferecido parecer favorável pela Comissão de Constituição e Justiça. Relator: Senhor Mauro Bezerra.

**Ata da Octogésima Quinta Sessão Ordinária da Segunda
Sessão Legislativa da Décima Quinta Legislatura da
Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão, realizada em
dezesesseis de novembro do ano de dois mil e quatro.**

Presidente deputado Carlos Alberto Milhomem.
Primeiro secretário deputado Max Barros.
Segundo secretário deputado Elígio Almeida.

Às nove horas e trinta minutos presentes os deputados Aderson Lago, Alberto Franco, Antônio Carlos Bacelar, Antônio Pereira, Carlos Alberto Milhomem, Carlos Braide, César Pires, Cristina Archer, Domingos Dutra, Elígio Almeida, Francisco Gomes, Graça Paz, Helena Barros Heluy, Joaquim Nagib Haickel, José Lima, Julião Amin, Luiz Pedro, Manoel Ceará, Manoel Ribeiro, Maura Jorge, Mauro Bezerra, Max Barros, Paulo Neto, Pavão Filho, Reginaldo Nunes, Rigo Teles, Rubem Brito, Socorro Waquim, Soliney Silva, Rubens Pereira, Telma Pinheiro, Teresa Murad e Wilson Carvalho.

Ausentes: Carlos Filho, Deusdedit Sampaio, Geovane Castro, Hélio Soares, Humberto Coutinho, Janice Braide, João Evangelista, Pedro Veloso e Stênio Rezende.

I - ABERTURA

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – em nome do povo e invocando a proteção de

Deus, iniciamos nossos trabalhos. Com a palavra o senhor segundo secretário para leitura do texto bíblico e ata da sessão anterior.

O SENHOR SEGUNDO SECRETÁRIO ELÍGIO ALMEIDA – (Lê texto bíblico e lê Ata). Ata lida Senhor Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – Ata lida e considerada aprovada. Solicito ao Senhor Primeiro Secretário para proceder a leitura do Expediente.

O SENHOR PRIMEIRO SECRETÁRIO MAX BARROS – (Lê Expediente).

II - EXPEDIENTE

REQUERIMENTO Nº 0207 / 04

Senhor Presidente,

Na forma regimental, requero a V. Exa. que depois de ouvida a Mesa, seja encaminhado ofício ao Secretário de Estado da Educação, Prof^o Edison Nascimento, solicitando as seguintes informações:

* Como ficará a situação dos alunos do ensino médio em relação ao ano letivo estabelecido pelo MEC, considerando a antecipação das férias escolares no mês de junho e a paralização das aulas do ensino público estadual em decorrência da greve dos professores;

* Quais as providências a serem adotadas pela Secretária de Educação no caso das disciplinas que não foram ministradas por falta de professores, levando-se em conta a insuficiência do número de professores e a dispensa dos contratados.

SALA DAS SESSÕES DA ASSMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO, 08 de novembro de 2004.

JUSTIFICATIVA

É dever do Poder Público Estadual, àqueles sob sua custódia, assegurar educação de qualidade para permitir o seu desenvolvimento como pessoa e como cidadão. Alguns alunos e professores do Estado comentaram comigo sobre essa possibilidade real de acontecer, e mandarem para o MEC uma relação como se todos tivessem sido aprovados. TERESA MURAD - Deputada Estadual.

DEFERIDO

EM: 16.11.04

REQUERIMENTO Nº 0208 / 04

Senhor Presidente

Na forma regimental requero a V. Exa. que, depois de ouvido o Plenário, seja encaminhada mensagem de repúdio desta Assembléia Legislativa à direção do BRADESCO, pela maneira discriminatória como estão sendo tratados os servidores do estado, infelizmente, correntistas desse órgão creditício, tendo

em vista que o antigo Banco do Estado do Maranhão foi comprado pelo BRADESCO.

Não bastasse a situação de angústia que vive o servidor público pela falta de aumento salarial há quase dez anos, agora é obrigado a sujeitar-se às normas vexatórias do BRADESCO, o que vem ocasionando constantes atrasos na liberação do pagamento dos servidores do Estado.

Merece repúdio, também, o fechamento de agências do antigo BEM em cidades maranhenses, num flagrante desrespeito e prejuízo ao nosso povo.

SALA DAS SESSÕES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO, 11 de novembro de 2004. LUIZ PEDRO - Deputado Estadual - Líder do BPO.

APROVADO

EM: 16.11.04

INDICAÇÃO Nº 1022 / 04

Senhor Presidente,

Na forma regimental solicito de Vossa Excelência que, após ouvida a Mesa, seja encaminhado Ofício ao Coordenador do Programa “Luz para Todos”, Sr. Edmilson Irineu Carneiro, solicitando dessa autoridade a inclusão no Plano de Universalização de Energia Elétrica, através do Programa “Luz para Todos”, exercício de 2005, dos seguintes Povoados: 01 – P. A. Lagoa do Gado; 02 – P. A. Formoso; 03 – P. A. Rio Claro; 04 – P. A. Angical; 05 – P. A. Castanhas; e 06 – P. A. Mendes; todos assentamentos regularizados pelo INCRA e pertencentes ao Município de Buriti Bravo-MA.

Plenário Deputado “Gervásio Santos”, do Palácio “Manoel Bequimão”, em São Luís - MA, 11 de novembro de 2004. RUBEM BRITO - Deputado / PDT.

Na forma do art. 146 do Regimento Interno, o Sr. Presidente determinou o encaminhamento da presente indicação.

O SENHOR PRIMEIRO SECRETÁRIO MAX BARROS (lê expediente) - Expediente lido senhor presidente.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – Expediente lido à publicação.

III - PEQUENO EXPEDIENTE

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – Com a palavra o senhor Deputado Julião Amin.

O SENHOR DEPUTADO JULIÃO AMIN (sem revisão do orador) – Senhor presidente, senhores e senhoras deputados. O que me trás a esta tribuna hoje senhor presidente, é o comentário feito no Jornal O Debate sobre o comportamento do Deputado Julião Amin. Eu acho que todo homem público ele está sujeito a críticas, isso é natural, mas também o profissional deve se postar com ética, e eu sou um profissional da área jurídica e sempre me posicionei com ética. Os problemas pessoais não podem, de maneira nenhuma, prevalecer em cima da postura profissional das pessoas. Com relação a esse comentário senhor

presidente, fala sobre a questão da eleição desta Casa e sobre a reunião da Bancada do PDT e o que Deputado Julião vem defendendo que os demais devem se entregar de corpo e alma ao grupo reinaldista. Eu quero deixar claro aqui o seguinte, eu tenho uma história de luta nesta cidade, no meu Estado e no nosso País, pela oposição, lutando por alternância de poder e isso há mais de 30 anos em nosso Estado e que não tem, de maneira nenhuma, me fugido desse princípio que realmente me motiva, me dá energia para participar da vida pública. Eu não tenho nada pessoal contra grupo político nenhum, mas eu luto no nosso Estado pela alternância do poder. Eu acho que sem alternância de poder não se faz democracia, nós temos o exemplo aqui na Assembléia, a evolução que nós tivemos com o processo de alternância do poder, porque eu acho natural, isso é natural e todos nós devemos lutar de forma democrática por essa conquista que é uma vitória da democracia. E mais adiante colocando, um profissional da imprensa coloca como se tivesse o olho gordo no cargo da Assembléia Legislativa. Eu quero deixar claro que já exerci diversas funções de cargo de confiança, de Secretário, Diretor de Instituições Financeiras, em todas elas eu exerci com dignidade sem misturar aquilo que é público com o meu, e nem um momento eu tive esse deslize. Em nenhum momento cometi deslizes de confundir aquilo que é meu com o público, sempre procurei dirigir com integridade, com honestidade essa função. Então não é um cargo da Assembléia que realmente orgulha qualquer deputado, mas que pode ser o motivador maior da nossa participação na luta pela eleição aqui na Casa. Nós trabalhamos naquilo que pode fortalecer o processo democrático; nós lutamos por aquilo que pode fortalecer a alternância de poder e dentro de uma visão partidária, eu sou um homem de partido. Se meu partido, os companheiros deputados têm uma visão diferente da minha, mas eu vou continuar persistindo naquilo que eu entendo que seja correto, embora me curve à vontade da maioria. Possa me curvar, eu não sei, porque aquilo que fere meus princípios eu não deixo me curvar por nada, então eu luto por aquilo que é princípio, princípio é uma coisa que não se muda, então eu sigo. E por último diz senhor presidente, que eu não dou entrevista, que eu sou arrogante, quem me conhece nesta Casa sabe que eu não tenho nada de arrogante. Eu não concordo de maneira nenhuma é que se faça entrevista e aquilo que se diz seja desvirtuado, seja colocado da maneira que o profissional quer, e eu não concordo com isso. Se quiser entrevista por escrito eu dou, não fujo de maneira nenhuma. Por isso eu tenho maior respeito pela imprensa, a imprensa é testemunha disso, que ninguém defende aqui nesta Casa o direito da liberdade de imprensa como sempre defendi, agora não me submeto de maneira nenhuma, mas em hipótese nenhuma, à vontade daqueles que tentam me manipular. Isso de maneira nenhuma. Eu tenho convicção daquilo que eu quero, daquilo que eu adoto na minha vida pública, nada vai me intimidar. Tentaram de outras maneiras, não conseguiram. Então podem ficar tranquilos com relação a isso que nada vai fazer eu recuar. Quem conhece a minha luta sabe que eu não recuo. Muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – Com a palavra o senhor Deputado Antônio Carlos Bacelar.

O SENHOR DEPUTADO ANTONIO BACELAR (sem revisão do orador) - Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, senhoras e senhores da galeria e da imprensa. Venho a esta tribuna senhor presidente, para reparar um equívoco cometido pelo Jornal O Estado do Maranhão na sua edição de domingo último passado do dia 14 de novembro, quando na coluna O Estado Maior, com o título Sem Voto, o jornalista relata uma conversa, que, porventura, houve entre eu e o Deputado Aderson Lago. Diz o seguinte: *Os Deputados Antônio Bacelar e Aderson Lago conversaram sobre a eleição da Mesa da Assembléia Legislativa na semana que passou. Ironizando a candidatura do colega Bacelar, que é suplente, já atacou: “Você não vai pedir o meu voto?” No que o Deputado Aderson Lago respondeu: “Você não é nem eleitor”*. Então eu gostaria de dizer ao editor da Coluna O Estado Maior que essa conversa entre eu e o Deputado Aderson Lago nunca existiu. Por conseguinte essa nota não corresponde com a realidade. E eu gostaria que esse conceituado jornal verificasse esse equívoco. Eu entendo que todos os 42 deputados podem, inclusive devem, participar da eleição da Mesa. Eu sou um homem e sou um parlamentar de posições bem claras e definidas. Iniciei minha atividade política no governo e continuo no governo até hoje e espero continuar, porque é no governo e através do governo que vamos melhorar os indicadores sociais do nosso Estado e, principalmente, eu que defendo uma região pobre do Médio e Baixo Parnaíba e sei que, naturalmente, o somatório dos meus votos ajudou e muito o meu Partido PFL, para eleger diretamente 14 deputados e que se não fosse o somatório dos meus votos, talvez o nosso partido não tivesse feito 14 deputados, mas aproximadamente 10 deputados. Por conseguinte, repito, sou um homem de posições firmes e quero antecipar, inclusive, o meu voto, se estiver nesta Casa, para a escolha da próxima Mesa eu votarei para o candidato do Governo do Estado. Quero deixar bem claro logo isso aqui, para não pairar dúvida e que se estiver na Casa votarei com o parlamentar. Eu gostaria que o jornal, que o conceituado jornal O Estado do Maranhão reparasse esse equívoco. Isso é falta de informação e não corresponde com a realidade. Muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM - Com a palavra o senhor Deputado Domingos Dutra.

O SENHOR DEPUTADO DOMINGOS DUTRA (sem revisão do orador) - Senhor presidente, senhores deputados, deputadas, imprensa e galeria. O tempo corre, o dia 14 de dezembro se aproxima e é evidente que o tempo vai esquentar aqui neste Plenário. Eu estou inscrito amanhã no Grande Expediente para fazer uma reflexão sobre a sucessão na Assembléia. Eu acho que os restaurantes são locais bons, o Palácio do Governo é um outro local aconchegante, mas acho que o local prioritário para se discutir o destino do Parlamento é aqui. Então Deputado Bacelar amanhã eu convido V.Exa. para dialogarmos aqui sobre este tema, bem como o Deputado Aderson e todos os outros que tenham interesse aqui na Casa, na sucessão da Mesa. Mas senhor presidente, em função dos acontecimentos da semana passada não foi possível a Comissão Especial se deslocar aos municípios que estavam agendados. Na terça-feira era para ir a Icatu, na quarta-feira em Santa Rita e na quinta-feira a Alcântara, mas a comissão, por maioria, achou

conveniente transferir para esta semana em função do ambiente estabelecido aqui com as manifestações dos professores. E eu queria comunicar a V.Exa. e a esta Casa, a imprensa e as galerias, que se nada ocorrer até o meio dia está previsto para a comissão se deslocar a Icatu hoje às 12:30hs. Portanto eu quero convidar o Deputado Pavão Filho, Deputado Rubens Pereira, o Deputado Elgíio, Deputado Aderson, Deputado Paulo Neto para às 12:30hs nos encontrarmos aqui em frente a Assembléia para nos deslocarmos para o município de Icatu. E amanhã no mesmo horário nós vamos ao Município de Santa Rita e quinta-feira pela manhã vamos ao Município de Alcântara, porque o tempo está bastante curto. Esse assunto é muito importante e esta Casa não pode se desmoralizar deixando de fazer esse trabalho. Outro assunto senhor presidente, diz respeito a greve dos professores. Eu quero aqui elogiar a conduta do Capitão Carlos Augusto que no episódio de terça-feira teve equilíbrio diante das manifestações dos professores. Eu e a Deputada Helena tivemos que intervir no final da manhã na garagem desta Casa. Estivemos na frente da Assembléia e posso assegurar a V. Exa. que se não fosse a prudência do Capitão Carlos Augusto com certeza fatos graves teriam ocorrido. Acho que a polícia é chamada para manter a ordem, essa é a obrigação dela, os ânimos estavam exaltados, os professores tinham razão em fazer as manifestações. Os excessos, tenho certeza, não foram ocasionados por orientação de quem comandava a greve, mas é resultado de movimento de massa onde a liderança não consegue conter os ânimos de todos que participam. Evidente que nenhum de nós concorda com as reações que ocorreram, mas tenho certeza que não foram orientações do comando de greve. Mas a polícia no comando do capitão agiu com prudência, com bom senso evitando fatos de maior gravidade. Os jornais noticiaram também que o capitão teria dito que não tomou medidas enérgicas porque o presidente da Assembléia atual está próximo de deixar o cargo e que, portanto, ele não iria se meter em uma briga e tomar uma atitude repressiva porque daqui a pouco tempo já é outro presidente da Assembléia. Se o capitão disse isso, não entro no mérito, agora, a conduta dele diante dos acontecimentos foi de extrema prudência, de extrema cautela e isso evitou acontecimentos mais graves. Portanto eu quero registrar aqui esse comportamento. E por fim senhor presidente, na semana passada esta Casa apreciou três vetos: um veto foi derrubado, garantimos que o Maranhão possa ter uma política de preservação e de incentivo aos chamados frutos do Cerrado, mas dois vetos foram mantidos e eu lamento profundamente. O Governo do Estado vetou o projeto que esta Casa aprovou, de minha autoria, que incentiva a transparência para os recursos públicos. Pelo projeto todo e qualquer convênio que o Governo do Estado fizesse com entes públicos ou com entes privados, o governo teria que mandar um comunicado para esta Casa, comunicar as Câmaras Municipais, e dar publicidade onde tivesse jornais. Isto é o mínimo que se pode exigir diante do mar de corrupção que toma de conta do país. A própria Caixa Econômica Federal, o próprio Governo Federal comunicam às Assembléias Legislativas os convênios que são feitos com os estados e com os municípios, e nós sabemos que umas das formas de corrupção no Maranhão e no Brasil se dá justamente através dos convênios, visto que não há

publicidade, a população não sabe dos convênios que os prefeitos fazem e não são poucos, os programas do Governo Federal, os convênios do Governo Federal com os municípios são muitos, e por falta de publicidade, por falta de conhecimento a corrupção campeia. Portanto eu lamento profundamente que o governador do estado, que tem falado num discurso de mudança, que tem falado em alteração na política do Maranhão tenha vetado o projeto e lamento que esta Casa também tenha mantido o veto. E outro diz respeito aos jetons que os secretários passarão a receber por cada reunião que participarem no Conselho de Desenvolvimento Estratégico. O mesmo Estado que não tem dinheiro para umas coisas tem que remunerar o secretário, se ele participar de cinco reuniões por dia desse Conselho ele recebe um jetom por cada participação, eu acho que isso é uma contradição com a falta de recursos que o governo diz que não tem. Portanto eu lamento que a Assembléia tenha mantido os vetos e que o governo tenha dado um demonstração de que na verdade não quer mudar coisa nenhuma no Estado do Maranhão. Muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM - Deputado Max Barros.

O SENHOR DEPUTADO MAX BARROS (sem revisão do orador) - Senhor presidente, senhores membros da Mesa, senhores deputados, senhoras deputadas, galeria e imprensa. Eu subo a esta tribuna, em primeiro lugar, para pedir o apoio dos meus pares ao projeto de lei que tramita nesta Casa e já foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça e agora está sob análise da Comissão de Defesa do Consumidor e eu acredito que em breve será colocado para votação no Plenário desta Casa, que diz respeito as contas telefônicas. É um projeto que já tem semelhantes tramitando nas Assembléias Legislativas do Brasil. Esse projeto obriga as Companhias Telefônicas a discriminarem todas as chamadas, porque já há estudos que comprovam que esta não discriminação implica em custos adicionais em torno de 12% nas contas telefônicas, e é justo que, na medida que você paga os serviços, você tenha a discriminação da prestadora dos serviços daqueles serviços que foram prestados. Porque isso implica no aumento do custo do pai de família que tem que pagar, eventualmente, contas faturadas de maneira equivocada e que não tem como comprovar os serviços. Então, eu acredito que esse projeto é muito importante para a sociedade do Maranhão e em nada fere a Constituição Federal, pois a mesma diz, que você pode acrescentar, você não pode diminuir o que preceitua as leis federais, mas você pode acrescentar em cada Estado. Então eu acredito que esse projeto de lei é de interesse da sociedade maranhense. Outra colocação que eu até não gostaria de fazer, mas como vai ficar registrada nos eu vou ter que fazê-la. É o seguinte: na última sessão eu comentei aqui a minha posição, e disse que eu e alguns deputados do PFL, hoje, somos oposição ao governo municipal de São Luís, ao governo estadual e ao governo federal e coloquei que na minha visão hoje o partido que é situação nas três esferas, na minha visão, seria o PDT. Porque o PDT apoia o prefeito municipal, o Prefeito Tadeu Palácio que hoje é uma das maiores expressões do PDT tem uma ligação muito grande com o atual governador, inclusive

ficou muito satisfeito com a sua eleição e o PDT ajudou a eleger Lula e tem um ligação com o Presidente Lula. Eu fiz essa minha avaliação pessoal. O Deputado Mauro veio aqui, fez a sua avaliação, o Deputado Julião veio também. Tenho uma relação pessoal muito boa com o Deputado Julião mas eu achei que ele usou um termo que foi indelicado e indevido ao colocar posições sorrateiras. Eu quero dizer que posso até ser criticado, mas não por ter posições sorrateiras. Pelo contrário, minhas posições são transparentes e posso ser criticado por elas serem até incisivas. Eu deixei claro que ajudei a eleger o Governador José Reinaldo, participei, mas discordo da atual postura do governo, dos projetos que tem encaminhado para esta Casa e tenho subido a tribuna para criticá-lo aqui na frente de todo mundo. Tenho votado pelos interesses da população do Maranhão. Essa é a minha posição e desde de que adotei essa posição não procuro o senhor governador e nem vou ao Palácio do Leões. E também vou manter a minha postura de crítica ao governo, mas não a crítica por ser oposição, uma crítica porque as propostas do governo são contra os interesses do Maranhão. Não terei dificuldade em votar nesta Casa qualquer projeto que seja de interesse da população do Maranhão, mas infelizmente o governo só tem mandado para esta Casa praticamente projetos que prejudicam a população do nosso Estado. Então eu queria deixar bastante claro que a minha posição aqui nesta tribuna é a minha prática. Sorrateiro seria se algum deputado aqui tivesse um discurso nesta tribuna e fora da tribuna procurasse o governador para conversar e pedir favores, este sim seria deputado sorrateiro. Este sim seria um deputado que teria uma posição aqui na tribuna e uma prática diferente, não é o meu caso. Muito obrigado.

IV – ORDEM DO DIA

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – Ordem do Dia. Projeto em votação, em segunda discussão. Projeto de Lei nº 092/04 de autoria do Deputado Reginaldo Nunes. (lê). Em discussão. Em votação. Os senhores deputados que concordarem permaneçam como estão. Aprovado à Sanção. Projeto de Lei nº 114/04 de autoria Deputado César Pires. (lê). Em discussão. Em votação. Os senhores deputados que concordarem permaneçam como estão. Aprovado à Sanção. Projeto de Lei Complementar em segunda discussão. Projeto de Lei Complementar nº 05/04 de autoria do senhor Deputado Rubem Brito. (lê). Em discussão. Em votação. Os senhores deputados que concordarem permaneçam como estão. Aprovado à Sanção. Requerimento à deliberação do plenário de autoria do senhor Deputado Luiz Pedro. (lê). Em discussão. Em votação. Os senhores deputados que concordarem com o requerimento nº 208/04 permaneçam como estão. Aprovado. Requerimento à deliberação da Mesa. Requerimento nº 207/04 de autoria da senhora Deputada Teresa Murad. (lê). Em discussão. Em votação. Como vota o primeiro secretário. Como vota o segundo secretário. Deferido.

V - GRANDE EXPEDIENTE

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – Não há orador inscrito. Tempo dos Partidos. BPD, BPO. Com a palavra o senhor Deputado Julião Amin.

O SENHOR DEPUTADO JULIÃO AMIN (sem revisão do orador) – Senhor presidente, senhores deputados. Queria dizer ao meu amigo Deputado Max Barros que nós temos maior respeito por ele, que quando nós colocamos a questão de sorrateiro foi pela maneira hábil como ele colocou para atingir o PDT que é adversário político dele. Então foi isso que nós colocamos aqui, não foi no sentido de agredir ou ofender a integridade moral do deputado e que nós temos respeito por ele. Agora, eu queria dizer ao Deputado Max que o nosso partido o PDT, ele age em cima de princípios e eu falei ainda há pouco da questão da alternância de poder no Maranhão. Então aqui nesta Casa, a Bancada do PDT é oposição ao governo do estado, até hoje nós não definimos qual é a nossa posição, agora eu vi que eu Deputado Max Barros, eu tenho um princípio que eu sinto. Eu acho que o governador do Maranhão está fazendo um papel importante para o Estado. Tem equívocos? Tem. Mas ele está fazendo um papel importante que é desestruturar e denunciar a situação de pobreza e de miséria que tem no Maranhão e responsabilizo o grupo que há 40 anos governa o nosso Estado. Então é isso que nós temos colocado aqui, denunciando essas questões e o governador é claro quando responsabiliza o grupo político que governa o nosso Estado e do qual V.Exa. Deputado Max Barros, fez parte. Então é isso que nós colocamos aqui, na tribuna desta Casa, é essa que é a denúncia do nosso partido, nós não temos nada de pessoal contra ninguém, agora, nós lutamos para derrubar esse modelo que nos legou toda essa situação de descaso e abandono que vive o estado do Maranhão. Essa é que tem sido a nossa posição aqui, não tem sido outra, deputado. Os projetos que o governador encaminha para esta Casa e que ferem o interesse de nossa população, das organizações das instituições. Até porque, no nosso entendimento, perante a sociedade quando ele diz que encontrou o estado falido, para discutir o orçamento que foi encaminhado aqui para que a população tomasse conhecimento do retrato real, não aquele que o Luciano Moreira coloca que... isso é uma coisa que precisa ser analisada aqui, porque ele já disse que desde o governo anterior o Maranhão já estava falido. E isso precisa ser esclarecido aqui. Quando ele quis defender mas não conseguiu, pelo contrário, ele disse que estava falido porque desde aquele momento o Governo do Estado do Maranhão já sobrevivia em função dos recursos oriundos da venda do patrimônio público, isto é, da venda das ações da Cemar, da venda das ações da Telma, da venda do controle acionário do Banco do Estado do Maranhão, do Matadouro Industrial e de outras empresas públicas. Então essa aí foi a razão da sobrevivência financeira do Governo do Estado nos oito anos do governo anterior, isso precisa ser dito aqui. Então, ninguém pode pensar um momento ou achar que a Bancada da ex-governadora do Maranhão é oposição. Oposição no nosso entendimento é combater tudo isso de errado que tem aí. É romper com essa estrutura que tem aí. É isso que é oposição no nosso entendimento. Eu queria passar esses esclarecimentos ao Deputado Max Barros que nós temos respeito por ele. Agora, quando nós colocamos a questão foi

pela maneira como ele procurou atingir o nosso partido. Realmente com relação ao governo federal eu queria deixar claro aqui ao Deputado Max Barros que nós defendemos a política externa do governo federal. Com relação a política econômica é a mesma do Governo Fernando Henrique Cardoso e isso é reconhecido, o próprio Governo Lula tem dito isso e essa prática política nós combatemos porque ela empobrece o capital nacional, ela empobrece este país. Nós estamos trabalhando para enriquecer os banqueiros internacionais. O governo tem uma justificativa para essa prática política, a mesma do Fernando Henrique Cardoso, mas combatemos isso, mas reconhecemos que algumas ações do governo federal elas têm sido importantíssimas inclusive para fortalecer a soberania nacional, e nós reconhecemos isso.

O SENHOR DEPUTADO DOMINGOS DUTRA – Deputado, concede-me um aparte?

O SENHOR DEPUTADO JULIÃO AMIN - Pois não Deputado Domingos Dutra.

O SENHOR DEPUTADO DOMINGOS DUTRA (aparte) - Deputado Julião, eu concordo com V.Exa. a respeito da natureza de quem é oposição. O Deputado Max Barros e todos os outros deputados que se convencionou de chamar de bancada roseanista, são oposição hoje ao Governador José Reinaldo, mas não são oposição a política que o Governador José Reinaldo desenvolve que é a continuidade de 39 anos do grupo Sarney. Agora a minha única divergência, minha única discordância hoje com o governador, embora considerando que o gesto político dele é um gesto importante que não pode ser desconsiderado, é que o governador ele tem obrigação de tomar providências. Quem tem que fazer denúncias somos nós da oposição. O governador hoje, ele tem... se a venda da Cemar foi irregular, a venda do BEM foi irregular que todos nós denunciemos, ele tem obrigação de adotar as medidas jurídicas necessárias para corrigir a ilegalidade praticada, porque na hora que o governador apenas faz a denúncia ele está inclusive se omitindo. Ele tem a obrigação de tomar as providências que o cargo lhe exige, por isso eu acho que nesse aspecto o governador ao fazer só denúncia na verdade ele está querendo tomar é o nosso lugar de oposição, porque ele tem a obrigação, sim, é de tomar medidas. Se ele não tomar ele corre o risco de ser responsabilizado pela omissão. Então, o Banco do Estado foi um crime, o governador está no exercício do cargo, ele tem instrumentos, tem autoridade política para adotar as medidas que o caso exige. E assim em outros casos, outros tantos que o governador sabe que foi irregular, ele disse que não participou porque era vice e não tinha poder político, mas ele agora está há dois anos em exercício e ele tem que tomar medida. Porque na medida que ele fica só falando, vai para o rádio, denuncia e não adota as providências, aí é um omissão, aí ele está também plagiando e tomando o nosso espaço.

O SENHOR DEPUTADO JULIÃO AMIN – Eu concordo com o Deputado Domingos Dutra, omissão também é crime. Se o governador constatou as irregularidades, comprovou as irregularidades, deve encaminhá-las ao Procurador Geral

de Justiça do Estado para que ele tome as providências cabíveis no caso. Nós mesmo aqui, Deputada Helena, o Deputado Aderson têm uma ação pque pede anulação da venda do Banco do Estado do Maranhão, então está na hora do governo do estado entrar como litisconsorte nesse processo e também defender ali a anulação da venda do Banco do Estado do Maranhão, porque ela foi perniciosa à economia e foi um processo todo viciado. Viciado sim e nós até hoje denunciemos aqui. A oposição, a sociedade, ninguém sabe onde foram aplicados os trezentos e trinta e três milhões de reais oriundos de um empréstimo para sanear o BEM. Sanear de que maneira? Sanear o quê que foi sanear ali? Então recuperar os prédios, nenhum prédio, instalações físicas continuam a mesma coisa, isso precisa ser esclarecido, porque nós sabemos que o rombo do Banco do Estado do Maranhão está... a origem desse rombo, nas eleições de 1994, quando o Governo do Estado sacava em descoberto do banco e o banco para cobrir esse dinheiro era obrigado a sacar dinheiro junto ao Banco do Brasil. Aí é que está o buraco, que financiou toda a eleição de 94. Então isso quando o Governo do Estado defende a venda do banco, é justamente para não vir a tona, o banco passou para uma instituição privada, então não tem mais como apurar aquilo. O Governo do Estado se libertou totalmente, até de uma auditoria que viesse comprovar quem foram os verdadeiros responsáveis pela venda do banco, por esse ato, não é bem pela venda do banco mas foi pelo desvio de recursos públicos para beneficiar um grupo político. Então foi essa a verdade que nós colocamos aqui Deputado Domingos Dutra, e é o que nós combatemos e esperamos é que o governador do estado também tivesse a coragem de denunciar ao Ministério Público para poder apurar essas irregularidades. Não foram só essas, foram outras que também já foram denunciadas aqui que a oposição denunciou e que combate. Então eu só queria esclarecer o seguinte, qual é a forma de ser oposição. Não é oposição às pessoas, são às práticas políticas que dominam nosso Estado durante 40 anos. Obrigado senhor presidente.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – BPP. Deputado Aderson Lago, declina. Deputado Rubem Brito, declina.

VI - EXPEDIENTE FINAL

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – Com a palavra o Deputado Rubem Brito.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – Nada mais havendo a tratar declaro encerrada a sessão.

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

PARECER N° 002/2004

RELATÓRIO:

Veio a esta Comissão Técnica, para análise e emissão de parecer, o Projeto de Lei nº 195/2004, de autoria do ilustre Deputado MAX BARROS, que torna obrigatório a empresa concessionária de serviço público de telefonia fixa no Estado do Maranhão, responsável pela emissão da fatura telefônica, forneça informações detalhadas referentes aos “pulsos” efetuados pelo consumidor e dá outras providências.

O Projeto de Lei em epígrafe já tramitou na Douta Comissão de Constituição e Justiça, onde recebeu parecer favorável pela constitucionalidade. Por força regimental, cabe a esta Comissão apreciar quanto ao mérito.

Conforme o texto do projeto de lei sob exame, permite ao consumidor da telefonia fixa controlar eficazmente sua fatura, com individualização de ligação (data, horário, telefone chamado, duração e valor da chamada).

O objetivo da presente proposição é criar mecanismo que permitam defender o direito do consumidor.

Entendemos, pois que no mérito a matéria em apreço apresenta os requisitos indispensáveis da conveniência e da oportunidade para a sua aprovação, razão porque julgamos favorável a presente proposta.

VOTO DO RELATOR:

Pelas razões aduzidas, no âmbito desta Comissão, julgamos que a proposição é meritória. Assim sendo, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 195/2004.

É o voto.

PARECER DA COMISSÃO:

Os membros da Comissão de Defesa do Consumidor, votam pela aprovação do Projeto de Lei nº 195/2004, nos termos do voto do Relator.

É o parecer.

SALA DAS COMISSÕES DEPUTADO “LÉO FRANKLIM”, em 16 de novembro de 2004.

Dep. MAURA JORGE – Presidente
Dep. CARLOS BRAIDE-Relator
Dep. TERESA MURAD

RESENHA

RESENHA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL, REALIZADA AOS 08 DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DO ANO DE 2004, ÀS 10:45 HORAS, NO PLENÁRIO DEPUTADO “GERVÁSIO SANTOS” DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO.

PRESENTES OS SENHORES DEPUTADOS:

TERESA MURAD – PRESIDENTE

CARLOS BRAIDE
STÊNIO RESENDE
MAURO BEZERRA
ANTÔNIO PEREIRA (Suplente)

CONSTOU DA REUNIÃO A SEGUINTE PAUTA:

REQUERIMENTO S/N (COM PARECER VERBAL) –
Requerendo à Presidência deste Poder, nos termos regimentais, que solicite o arquivamento da MEDIDA PROVISÓRIA Nº 007/20004.

AUTORIA : BLOCO PARLAMENTAR DE OPOSIÇÃO,
subscrito pelos Senhores Deputados Aderson Lago, Teresa Murad e Max Barros.

RELATOR: Deputado CARLOS BRAIDE

PARECER: Contrário

DECISÃO: Rejeitado o presente Requerimento, por maioria, em face da Comissão já ter se manifestado, anteriormente sobre o objeto do citado Requerimento

GLACIMAR FERNANDES SAMPAIO
Secretária da Comissão

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PRESIDÊNCIA

COMUNICADO Nº AL 001003/2004

Brasília, 13 de outubro de 2004

ILM^(a) SENHOR(a),
PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO
MARANHÃO

De acordo com a legislação vigente, informamos a liberação de recursos destinados a garantir a execução de programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, conforme abaixo:

Entidade: GERÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO LEGAL		Ordem Bancária	
Programa	Parcela	Data Emissão	Valor em R\$
PEBA	066	11/10/2004	978.121,95
Rede	Qtd. Alunos		
ESTADUAL	43970		

Atenciosamente,

JOSÉ HENRIQUE PAIM FERNANDES
Presidente do FNDE



ESTADO DO MARANHÃO
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
PALÁCIO MANOEL BEQUIMÃO
DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

EDITADO PELA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
Registro no cartório de títulos e documentos sob os números 1.780 e 24.950.
Rua do Egito, n.º 144, Centro - Fone: 214-5885 - FAX: (098) 222-6253
CEP.: 65010-908 - São Luís - MA
Site: www.al.ma.gov.br - E-mail: secom@al.ma.gov.br

CARLOS ALBERTO MILHOMEM
Presidente

JACIR DA SILVA MORAES
Secretário de Comunicação

HORÁRIO PARA ATENDIMENTO MÉDICO

MÉDICOS

Nome	Especialidade	Dia da Semana	Horário
Jorge Cateb (Coordenador)	Ginecologia/Clinica	Diariamente	08:30 às 13:00 horas
Célia Furtado Ribeiro	Clinica Médica	Segunda-Feira	15:00 às 18:00 horas
Gilma Abreu Costa Pereira	Pediatria	Segunda-Feira	15:00 às 17:00 horas
Maria do Carmo Chagas	Ginecologia/Clinica	Segunda-Feira	13:00 às 15:00 horas
Rivo Sérgio de Brito (Chefe)	Clinica Médica	Terça-Feira	08:30 às 12:00 horas
Ibraim Almeida	Pneumologia	Quarta-Feira	10:00 às 13:00 horas
Maria do Carmo Chagas	Ginecologia/Clinica	Quarta-Feira	08:00 às 10:00 horas
Gilma Abreu Costa Pereira	Pediatria	Quinta-Feira	09:00 às 12:00 horas
Rubens Rotondo Júnior	Ortopedista/Acupuntura	Quinta-Feira	15:00 às 18:00 horas
Izaías Amaral	Clinica Médica	Quinta-Feira	08:30 às 12:00 horas
Rubens Rotondo Júnior	Ortopedista/Acupuntura	Sexta-Feira	15:00 às 18:00 horas
Maria da Graça Anchieta	Ginecologia	Sexta-Feira	09:00 às 12:00 horas

DENTISTAS

Nome	Especialidade	Dia da Semana	Horário
Maurício Manso Correia	Dentista	Segunda-Feira	14:00 às 18:00 horas
Maria Irani de Jesus Santos	Dentista	Terça-Feira	08:00 às 13:00 horas
Jeane Carneiro Leda	Dentista	Terça-Feira	14:00 às 17:00 horas
Maria Edla C. P. Araújo	Dentista	Quarta-Feira	08:00 às 10:00 horas
Enedina Linhares Sales	Dentista	Quarta-Feira	10:00 às 13:00 horas
Jeane Carneiro Leda	Dentista	Quarta-Feira	14:00 às 17:00 horas
Roseane Pessoa Lima	Dentista	Quinta-Feira	08:00 às 13:00 horas
Marília Barros Muniz	Dentista	Quinta-Feira	14:00 às 17:00 horas
Nemézio de Sá Sousa (Chefe)	Dentista	Sexta-Feira	08:00 às 13:00 horas

O DIABETES

O diabetes é uma enfermidade que provoca o aumento da quantidade de açúcar (glicose) no sangue por falta absoluta ou relativa de insulina.

Aumento da quantidade de glicose no sangue

Transformamos grande parte dos alimentos que ingerimos em glicose. Essa glicose é transportada no sangue até as células, onde será usada como fonte de energia. Para facilitar esse transporte, nosso corpo produz uma substância chamada insulina. Quando se tem diabetes, o corpo não produz insulina ou não produz o suficiente, ou ainda a insulina produzida não funciona adequadamente. Daí o aumento da quantidade de glicose no sangue.

Auto nível de glicose no sangue: sintomas e consequências

Sem a insulina ou com o funcionamento inadequado dela, a glicose vai-se acumulando no sangue e é eliminada na urina. Os sintomas do diabetes são cansaço, perda de peso, sede, necessidade freqüente de urinar e visão turva. Com o tempo, podem surgir sérios problemas nos olhos - levando até à cegueira -, nos nervos, no coração, nos pés, nas artérias e nas veias.

Os tipos de diabetes:

*** Diabetes do Tipo I (diabetes mellitus insulino dependente):**

A falta de insulina ou sua produção insuficiente pelo corpo obriga a pessoa a aplicar insulina. Ocorre com mais freqüência em jovens.

*** Diabetes do Tipo II (não insulino dependente):**

É o caso de pessoas que produzem insulina, que não funciona de forma adequada. Atinge mais os adultos, pessoas com antecedentes familiares de diabetes ou com excesso de peso. Alimentação adequada, exercícios físicos, controle de peso e, em alguns casos, medicamentos, sejam comprimidos ou insulina, ajudam no controle desse tipo de diabetes.

Testes para se detectar glicose no sangue

Os teste mais comuns são:

- colocar uma gota de sangue em um medidor especial;
- teste da urina, usando uma fita especial que, em contato com a urina, acusa a presença de glicose ou cetonas. A presença de cetonas na urina pode significar que o nível de glicose no sangue está descontrolado;
- exame de sangue chamado HbA1c, que mostra o nível médio de controle da glicose sangüínea (glicemia) nos últimos 2 ou 3 meses. É um exame importante para o controle durante o tratamento do diabetes.

De qualquer forma, a indicação sobre o teste mais apropriado deve ser feita pelo médico.